
**EDITAL DE DIVULGAÇÃO DAS COMISSÕES JULGADORAS NA MODALIDADE
COMUNICAÇÃO ORAL E DO CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES DO
XIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FMP**

Nos termos do art. 46 e arts. 49 a 55 do Edital de Abertura do XIII Salão de Iniciação Científica, o Diretor da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público torna público os integrantes das Comissões Julgadoras dos trabalhos na modalidade comunicação oral, a composição dos Grupos de Trabalho nas sessões de comunicação oral, as ordens de apresentação e outras providências.

Art. 1º. Com o designio de avaliar as comunicações orais no *Grupo de Trabalho Tutelas à Efetivação de Direitos Públicos Incondicionados* (GT 1), é instituída a Comissão Julgadora composta pelos seguintes membros:

- Prof^a. Me. THAIS TEIXEIRA RODRIGUES (FMP)
- Me. PAULA FERLA LOPES (FMP)

Art. 2º. Com o designio de avaliar as comunicações orais no *Grupo de Trabalho Tutelas à Efetivação de Direitos Transindividuais* (GT 2), é instituída a Comissão Julgadora composta pelos seguintes membros:

- Dr. RODRIGO PEIXOTO (UFRGS)
- Prof.^a Me. BÁRBARA DE CEZARO (FMP)
- Prof. Me. JOSÉ ANTÔNIO REICH (FMP)
- Me. CAMILA XAVIER (FMP)
- Prof. Dr. LUIS AUGUSTO LUZ (FMP)
- Prof.^a Dr^a. BETÂNIA ALFONSIN (FMP)



Faculdade de Direito da
Fundação Escola Superior do Ministério Público
Recredenciada pela Portaria MEC nº 2.132, de 11/12/2019 – DOU nº 240 de 12/12/2019, p.66,
Seção 1.

Curso de Graduação em Direito
Renovação de reconhecimento pela Portaria MEC nº 207, de 25 de junho de 2020 – DOU nº
128 de 7/7/2020, p. 69, Seção 1

Art. 3º. A sessão das comunicações orais do *Grupo de Trabalho Tutelas à Efetivação de Direitos Públicos Incondicionados* acontecerá de forma presencial no dia 25 de outubro de 2023, quarta-feira, a partir das 14h, Tribunal Didático da FMP, observada a seguinte ordem de apresentação:

Apresentador (a)	IES	Título do Trabalho	Orientador(a)
Dennis Martins Dellamora Garcia e Matheus Oliveira dos Santos Goulart	UFRGS	Incidência da lei penal nos procedimentos de recuperação judicial e falência no Estado do Rio Grande do Sul: uma análise das decisões em segundo grau de jurisdição.	Dr. Gerson Luiz Carlos Branco
THIAGO GAERTNER ALVES	FMP	Consumidores hipervulneráveis no ambiente digital: desafios e estratégias para o plena proteção destes consumidores.	José Tadeu Neves Xavier
Rafael Bay Boniatti e Lucas Leite	FMP	Improbidade administrativa: como diferir o gestor público ímprobo do inábil no âmbito das administrações públicas municipais.	Anízio Pires Gavião Filho
Diogo de Almeida Aragão	UFRGS	A propriedade intelectual nos jogos de tabuleiro e nos jogos digitais: semelhanças, limites e formas de proteção.	Lisiane Feiten Wingert Ody
Juliana Possani Kirsch	FMP	Disseminação de notícias falsas no contexto do processo eleitoral brasileiro de 2022: estratégias reguladoras para um efetivo debate público e democrático.	Raquel Lopes Sparremberger

Art. 4º. A sessão das comunicações orais do *Grupo de Trabalho Tutelas à Efetivação de Direitos Transindividuais*:

Grupo A: Acontecerá de forma presencial no dia 26 de outubro de 2023, quinta-feira, a partir das 14h, no Auditório da FMP, observada a seguinte ordem de apresentação:

Apresentador (a)	IES	Título do Trabalho	Orientador(a)
Eric Lima de Souza	FMP	Oversharenting e o exercício funcional da autoridade parental como forma de preservar os direitos da personalidade dos filhos no meio digital.	Conrado Paulino Da Rosa
Gabriela Medeiros Araújo	FMP	Desjudicialização da execução civil de obrigações de pagar quantia certa: análise da necessidade de inserção de uma fase pré-executiva no projeto de lei n. 6.204/2019 a partir da experiência lusitana.	Handel Martins Dias
Gabriela Medeiros Araújo e Ana Paula Czadotz de Oliveira	FMP	Relevância das questões de direito federal infraconstitucional em recurso especial: análise do anteprojeto de lei elaborado pelo Superior Tribunal de Justiça para regulamentar a emenda constitucional.	Handel Martins Dias
Dennis Martins Dellamora Garcia e Matheus Oliveira dos Santos Goulart	UFRGS	O instituto do cram down como garantia procedimental dos stakeholders nos ordenamentos jurídicos brasileiro e norte-americano.	Dr. Gerson Luiz Carlos Branco
Daiane da Silva Carvalho	FMP	Gênero, raça e violência de estado: uma análise dos casos de Verônica Bolina, Kathlen de Oliveira Romeu e Luana Barbosa dos Reis.	Raquel Fabiana Lopes Sparenberger
Fernanda Magni Berthier	UFRGS	Cancelamento virtual gera cancelamento contratual? possibilidades e consequências da resolução de contratos de patrocínio individual em face de crises reputacionais dos patrocinados.	Lisiane Feiten Wingert Ody E Maria Cláudia Mércio Cachapuz



**Faculdade de Direito da
Fundação Escola Superior do Ministério Público**
Recredenciada pela Portaria MEC nº 2.132, de 11/12/2019– DOU nº 240 de 12/12/2019, p.66,
Seção 1.

Curso de Graduação em Direito
Renovação de reconhecimento pela Portaria MEC nº 207, de 25 de junho de 2020 – DOU nº
128 de 7/7/2020, p. 69, Seção 1

Isadora Ferrarini Zanotelli	FMP	O contrato de namoro à luz da autonomia privada e suas consequências no direito de família contemporâneo.	Conrado Paulino Da Rosa
Laura Tomie Gnoatto Tresohlavy	UNISINOS	O direito humano à alimentação adequada e a efetividade das políticas públicas.	André Luiz Olivier Da Silva
Júlia Rodrigues Nogueira	FMP	Primeiras reflexões acerca da possibilidade de registro de dupla maternidade em casos de inseminação caseira.	Conrado Paulino Da Rosa
Ana Júlia Cassol	FMP	Open finance: a facilidade do acesso ao crédito rural para o produtor considerado consumidor na relação jurídica.	Cristina Stringari Pasqual
Luana Bartz de Sa	FMP	Herança digital no Brasil: desafios jurídicos e perspectivas para a proteção e transmissão dos bens digitais.	Conrado Paulino Da Rosa

Grupo B: Acontecerá de forma presencial no dia 26 de outubro de 2023, quinta-feira, a partir das 14h, no Tribunal Didático da FMP, observada a seguinte ordem de apresentação:

Apresentador (a)	IES	Título do Trabalho	Orientador(a)
Vitória Holthausen Ribeiro	FMP	Inteligência artificial como meio de promoção do direito de acesso à justiça: uma análise do sistema "athos" de identificação dos recursos repetitivos no Superior Tribunal de Justiça.	Handel Martins Dias
Luana Bartz de Sa	FMP	A intangibilidade da legítima e a possibilidade de adaptação a nova realidade no âmbito familiar - análise do projeto de lei n.º 3799/2019.	Conrado Paulino Da Rosa
Otávio Friedrich Laureano da Silva	UNISINOS	O conceito de dignidade da pessoa humana enquanto condição de possibilidade da linguagem dos direitos humanos.	André Luiz Olivier Da Silva



**Faculdade de Direito da
Fundação Escola Superior do Ministério Público**
Recredenciada pela Portaria MEC nº 2.132, de 11/12/2019 – DOU nº 240 de 12/12/2019, p.66,
Seção 1.

Curso de Graduação em Direito
Renovação de reconhecimento pela Portaria MEC nº 207, de 25 de junho de 2020 – DOU nº
128 de 7/7/2020, p. 69, Seção 1

Maria Eduarda Zucchetti Vi-eira	UNISINOS	A justificação moral dos direitos humanos: uma análise a partir da desobediência civil.	André Luiz Olivier Da Silva
Maria Eduarda Reali Lachnit	FMP	A legitimidade ativa do Ministério Público no mandado de segurança coletivo.	Handel Martins Dias
Stefany Leoni Dollis	FMP	Transmissão de bens digitais post mortem: primeiras reflexões acerca de seus limites e possibilidades.	Conrado Paulino Da Rosa
Nicolas da Rocha Machado	FMP	(In)possibilidade de convenção processual limitadora da atividade probatória.	Handel Martins Dias
Maria Eduarda Reali Lachnit e Andres Felipe Cuellar Medina	FMP Universidad de La Amazonia	Protección ambiental en América Latina: análisis comparativo de los mecanismos procesales en Colombia y Brasil.	Handel Martins Dias
Maria Carolina Fachinelli Bertolini	FMP	Exclusão de sócio por quebra de affectio societatis.	Augusto Tanger Jardim
Surya Terra Jacks	FMP	(In)constitucionalidade do procedimento de preparação à adoção provisório sob a ótica da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.	Conrado Paulino Da Rosa

Art. 5º. A ordem de apresentação nos Grupos de Trabalho poderá ser alterada em casos excepcionais por motivo de força maior, assim considerado pela Comissão Organizadora.

Art. 6º. As sessões das comunicações orais dos Grupos de Trabalho acontecerão no Tribunal Didático e/ou Auditório da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, situado na Rua Coronel Genuíno, nº 421, 10º e 6º andar, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.



**Faculdade de Direito da
Fundação Escola Superior do Ministério Público**
Recredenciada pela Portaria MEC nº 2.132, de 11/12/2019– DOU nº 240 de 12/12/2019, p.66,
Seção 1.

Curso de Graduação em Direito
Renovação de reconhecimento pela Portaria MEC nº 207, de 25 de junho de 2020 – DOU nº
128 de 7/7/2020, p. 69, Seção 1

Parágrafo Único. Nos termos do artigo 53 do Edital de Abertura do XIII Salão de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), somente os apresentadores de Instituições de Ensino Superior não sediadas na região metropolitana de Porto Alegre que optaram por apresentação remota no prazo de 05 (cinco) dias poderão realizar a comunicação oral à distância através da plataforma Zoom Meetings.

Porto Alegre, 10 de outubro de 2023.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized 'M' followed by a series of loops and a long horizontal stroke.

Mauro Luis Silva de Sousa, Dr.
Diretor da Faculdade de Direito